

O Plano Real e a atividade econômica 29 JUL 1995

A avaliação acurada da real situação do nível de atividade é essencial neste momento do programa de estabilização. Sabe-se que um eventual excesso de demanda ou, no sentido oposto, uma recessão aberta, colocariam a perder as importantes conquistas obtidas até agora com o Plano Real. No entanto, são frequentes análises pouco cuidadosas da conjuntura, que conduzem a diagnósticos apressados e, não raro, com cores sensacionalistas.

Há poucos meses havia projeções exageradas do crescimento da demanda e da suposta inoportunidade da política oficial para controlá-la, acarretando em projeções de inflação em alta contínua. À medida em que os indicadores apontaram mudança na taxa de crescimento, surgiram advertências no sentido oposto, de que as medidas de contenção de demanda gerariam colapso da atividade econômica. As seguintes evidências vêm sendo utilizadas para corroborar esse último diagnóstico: redução do nível de emprego industrial e aumento da taxa de desemprego; elevação significativa da inadimplência das pessoas físicas e da agricultura e crise no campo.

De fato, uma análise um pouco mais cuidadosa revela que o diagnóstico recessivo não se sustenta. No tocante à redução do emprego industrial paulista, destaque-se, em primeiro lugar, que São Paulo está perdendo participação no total da indústria brasileira e, em segundo, que os dados mostram que o emprego total cresceu em maio e junho. A taxa de desemprego total, apurada pela Seade/Dicese era de 13,5%

em abril, caindo em maio e junho para 13,4% e 13,2%, respectivamente. As informações do Ministério do Trabalho apontam na mesma direção, com crescimento de 0,34% do nível de emprego em maio de 1995 em relação a abril, equivalente a mais de 83 mil postos de trabalho.

Análise mais cuidadosa revela que o diagnóstico recessivo não se sustenta

Com relação à inadimplência, após o crescimento dos últimos meses, já se pode observar sinais de sua diminuição. Informações da Serasa revelaram queda de 15,1% do volume de títulos protestados para pessoas físicas e jurídicas em junho em relação a maio, redução de 37,9% no número de concordatas requeridas e de 19,9% nas falências decretadas para o mesmo período. Além disso, a previsão é de que o volume de cheques sem fundo em relação ao número de emitidos tenha se mantido estável em junho comparativamente a maio. A tendência para os próximos meses é de declínio ou, pelo menos, de estabilização do nível de inadimplência.

No que diz respeito à queda da produção industrial, destaque-se que as informações disponíveis não corroboram a tese de redução significativa no nível de atividade. O Indicador de Nível de Atividade (INA) dessazonalizado, da Fiesp, mostra que a indústria paulista diminuiu seu ritmo de produção no mês de junho; contudo, operou ainda em um patamar elevado, com utilização da capacidade instalada de 80,5%, apenas 2,3 pontos percentuais abaixo do pico da década de 90 (em março de 1995).

As expectativas para a indústria brasileira também apontam no sentido

do desaquecimento em junho. Entretanto, note-se que isto não é válido para todos os segmentos. O segmento de eletroeletrônicos, por exemplo, apresentou bom desempenho no primeiro semestre do ano, e, após apresentar queda de venda em abril e maio, aumentou o volume de unidades vendidas em junho, em comparação com o mês anterior. As projeções do Ipea de crescimento para 1995, tampouco justificam o alarmismo recessivo. Segundo cálculos daquele órgão, o conjunto da economia deve crescer 6,1% em 1995, superior, portanto, aos 5,7% do ano passado. Isto não quer dizer que não haja setores com problemas sérios e que já vêm sendo objeto de medidas governamentais. A agricultura merece atenção especial pelas circunstâncias adversas que resultaram em queda da renda agrícola e o governo tem adotado medidas no sentido de corrigir esse problema.

No caso do setor automotivo, a Medida Provisória 1.047/95 define uma política industrial e estimula a retomada do investimento produtivo. Na mesma direção, o governo tem examinado a situação de setores com necessidade de reestruturação produtiva, tais como calçados, têxtil e brinquedos. Na realidade, ocorreu no Plano Real, fenômeno distinto do Plano Cruzado. Nesse último, a explosão de demanda, associada à queda súbita da inflação, não foi contida, constituindo um dos motivos do fracasso do programa. A desilusão e queda de renda ocorreram em seguida, com crise da economia, caracterizada por quebra de emprego.

No Real, em contraste, tem havido preocupação em evitar o excesso de demanda. Ocorreu, além disso, um ciclo de endividamento que engendrou mecanismos endógenos de contenção

de consumo. A escassez de dinheiro e dificuldades financeiras recentes de empresas do setor privado estão associadas a um ciclo de crédito exagerado, ocorrido após a implementação do Real. A retomada dos mecanismos de crédito envolveu também o ingresso de muitos agentes novos no mercado, nem sempre preparados para seleção de carteira e avaliação de riscos.

Do lado da produção, a forte elevação do consumo induziu rápida recomposição de estoques baseada, não raro, em projeções irrealistas de taxas de crescimento. Tal fenômeno repercutiu, inclusive, na demanda por importações, que cresceu fortemente também no item de insumos e matérias-primas. Seria natural, portanto, esperar uma reversão deste fenômeno num momento de revisão de taxas de expansão. Trata-se, contudo, de desaceleração suave com fortes diferenças setoriais, merecendo monitoramento intensivo por parte das autoridades. Mas está longe de caracterizar colapso da produção e do consumo. Tal quadro é, ademais, consistente com expectativas de inflação cadente nos próximos meses.

Essas considerações parecem oportunas para que não se subestime o perigo de políticas lenientes, cujos resultados nefastos já frustraram várias tentativas de combater a inflação brasileira num triste passado de fracassos sucessivos do esforço estabilizador. Mais importante, ainda: não esmorecem, senão reforçam, a esperança de que o Brasil reúna hoje as condições para resgatar sua vocação histórica de crescimento.

■ José Roberto Mendonça de Barros é secretário de Política Econômica e Gesner José de Oliveira Filho e Rogério Mori são seus assessores